

Resumo

Analisando a implantação dos dois edifícios mais emblemáticos da cidade de Lisboa – o teatro em época romana e a Sé em período medieval –, apresentam-se algumas considerações sobre a sua edificação, proximidade e simbolismo. Enquanto marcos urbanísticos, estes monumentos moldaram a fisionomia citadina, traduzindo-se em ambiciosos planos de engenharia que modificaram topograficamente a urbe. O terramoto de 1755 inaugurou um novo plano para a cidade, embora nesta área os projectos de reconstrução se traduzam numa nova reorganização arquitectónica mais do que numa monumentalização. Por outro lado, a pré-existência que constituiu o teatro romano condicionou algumas das soluções então delineadas. Estes indícios, cotejados entre a informação arqueológica e documental, permitem uma melhor compreensão da evolução desta área citadina. ●

Abstract

Analyzing the implementation of the two most emblematic buildings of Lisbon – the Theater in roman times and the Cathedral in the medieval period – we present some considerations about its construction, proximity and symbolism. While urban landmarks, these monuments have shaped the city physiognomy, resulting in ambitious engineering plans that have modified topographically the metropolis. The earthquake of 1755 inaugurated a new plan for the city. The reconstruction projects for this area reflect, however, a new architectural reorganization rather than a monumentalization. On the other hand, the prior existence of the Roman Theater conditioned then some of the outlined solutions. These evidences, collated between documentary and archaeological information, allow a better understanding of the evolution of this city area. ●

palavras-chave

CIDADE
URBANISMO
ARQUEOLOGIA
ARQUITECTURA
LISBOA

key-words

CITY
TOWN PLANNING
ARCHEOLOGY
ARCHITECTURE
LISBON

Arbitragem Científica Peer Review

Manuel Justino Maciel

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Vasco Gil Mantas

Faculdade de Letras da Univ. Coimbra

Data de Submissão

Date of Submission

Mar. 2013

Data de Aceitação

Date of Approval

Abr. 2014

ENTRE O TEATRO ROMANO E A SÉ DE LISBOA

EVOLUÇÃO URBANÍSTICA E MARCOS ARQUITECTÓNICOS DA ANTIGUIDADE À RECONSTRUÇÃO POMBALINA

LÍDIA FERNANDES

Museu do Teatro Romano – Câmara Municipal de Lisboa

RITA FRAGOSO DE ALMEIDA

CARLOS CABRAL LOUREIRO

Museu da Cidade – Câmara Municipal de Lisboa

Introdução

Construído a meio da actual colina do Castelo de S. Jorge, o teatro romano, atribuível aos inícios da nossa era, constitui um marco urbanístico que ditou a evolução desta área da cidade.

As intervenções arqueológicas realizadas em várias campanhas de escavação que, desde 2001 até 2011, intervencionaram a zona a sul do monumento, em espaço abrangido pelo Museu do Teatro Romano, inaugurado em 2001, revelaram novos dados sobre a evolução citadina.

Numa perspectiva diacrónica, o teatro e a Sé terão constituído duas importantes referências na cidade, respectivamente em época romana e medieval. Confirmada a existência de um ambicioso plano de engenharia que modificou topograficamente o perfil da encosta possibilitando a edificação do teatro, este representou um símbolo de romanidade tão grande quanto a construção da Sé desempenharia para os homens do mundo medieval.

O trabalho de investigação que temos vindo a realizar, cotejando dados arqueológicos e documentais, tem-se debruçado sobre a área a norte do Museu do Teatro

Romano. Pretende-se com o trabalho vertente estender esta análise à parte sul da Sé de Lisboa colocando em estreito diálogo fontes documentais e testemunhos arqueológicos uma vez que parte dos trabalhos de investigação referentes ao museu e área envolvente foram já objecto de análise circunstanciada (Fernandes; Almeida, 2012, p. 111-112).

1. A ocupação romana e o teatro: os dados arqueológicos

1.1. O teatro

Descoberto pela primeira vez por volta de 1798¹, mas novamente esquecido pela construção de edifícios de rendimento nos inícios do século XIX, apenas entre 1964 e 1967 foram realizadas as primeiras intervenções que permitiram trazer à luz uma parte considerável do monumento (Almeida, 1966, p. 561-571, Moita, 1970, p. 7-37).

Estas sondagens coincidiram com a área mais importante do teatro: a zona do *proscenium* (muro de delimitação entre o palco – *pulpitum* – as bancadas – *cavea* – e a zona da *orchestra*), o *hypocaustium* (parte inferior do palco), a *orchestra* (espaço semicircular defronte do proscénio), início das bancadas e parte do *aditus maximus* nascente (entrada principal). Parte destas estruturas haviam sido registadas nos finais do século XVIII pelo Arqt.º Francisco Xavier Fabri em desenho aquarelado que se conserva no Museu da Cidade (n.º inv. MC/DES/12) (Leite, Pereira, 1992, p. 208-209).

Novas campanhas de escavação apenas ocorreriam entre 1989 e 1999, em área a norte da anterior, coincidindo com parte das bancadas, em muito deficiente estado de conservação, tendo já sido removidas todas as silhares que formariam, originalmente, os degraus de assento do público² (Fig. 1).

Importa realçar que este monumento serviu de fonte de matéria-prima às construções que se foram sucedendo em seu redor ao longo dos séculos, função que terá sido sublinhada na altura da reconstrução da cidade na segunda metade do século XVIII e inícios da seguinte centúria. Este reaproveitamento do material pétreo foi tão intenso que já no século XII o monumento se encontraria quase completamente “desmontado” e camuflado no meio de outras edificações (Fernandes, 1993, p. 239-242; *idem*, 2007, p. 33). Aquela última campanha arqueológica possibilitou a descoberta de alguns dos muros, radiais e semiconcêntricos, que constituíam a infra-estrutura das bancadas³, sendo usado intensamente o *opus caementicium*, técnica construtiva plenamente romana que emprega a pedra local não facetada,

¹ Uma possível representação num selo medieval não pode, no entanto, ser considerada viável como hipótese de identificação, como oportunamente demonstrámos, cf. Fernandes, 1994, p. 239-242.

² A continuação dos trabalhos veio confirmar ser o espaço situado a um nível mais profundo – coincidente com as principais estruturas do teatro encontradas anteriormente – onde as estruturas arqueológicas se encontravam mais bem preservadas.

Fig. 1 – Perspectiva de ponte para nascente observando-se a parte principal do atigo teatro romano. Em primeiro plano a zona semi-circular da *orchestra*.



³ Assim como um dos acessos do público às bancadas intermédias: *vomitorium*.

argamassa com areia de rio e cal, permitindo grande rapidez construtiva e sem recurso a mão-de-obra especializada.

1.2. O espaço intervencionado no núcleo expositivo do Museu do Teatro Romano

Apenas oito anos mais tarde, por ocasião da inauguração do Museu do Teatro Romano em 2001, se iniciaram novas campanhas arqueológicas. O museu foi instalado nos dois pisos superiores de um antigo edifício pertença do cabido da Sé de Lisboa (Figs. 2 e 3), com fachada para a R. Augusto Rosa, mas abrangendo também, a norte, um edifício na Rua de S. Mamede, fronteiro às ruínas do teatro. A intervenção arqueológica levada a cabo em 2001 (n.º 3-a da Rua de S. Mamede), bem como em 2005 e 2006, na área contígua correspondente ao n.º 3-b (pátio anexo), permitiram confirmar o intenso reaproveitamento posterior das estruturas do teatro.

A estrutura mais importante então detectada foi o *postscaenium*: estrutura que delimitava a sul o teatro e que suportaria a frente cénica. Curiosamente, as fachadas destes edifícios da R. de S. Mamede aproveitaram esta enorme estrutura como alicerce, abrangendo cerca de 20m de comprimento (orientação este/oeste).



Fig. 2 – Perspectiva actual (de poente para nascente) do interior do Museu do Teatro Romano.

Em 2006 e 2010 realizaram-se novas campanhas, na zona do pátio (n.º 3-b da R. de São Mamede), a nascente da antiga habitação pombalina intervencionada em 2001. O pátio abrange uma área de quase 200m², sendo delimitado a sul por um terraço.

Convém sublinhar que a profundidade atingida pela intervenção arqueológica nesta área atingiu cerca de 9m, o que permite ter uma ideia da enorme alteração topográfica que esta zona da cidade sofreu ao longo dos séculos⁴. Cortando estas distintas ocupações confirmou-se que o alicerce do terraço – que acompanhou os sucessivos estratos antrópicos que se sucederam – é uma edificação romana, coeva do teatro e do *postscaenium*, que lhe é sensivelmente paralelo e dele distando cerca de 5m.

Deste modo, vimos esclarecida uma das grandes questões que se colocavam sobre este monumento: saber de que forma havia sido realizada a contenção do terreno e o alicerçamento do edifício cénico. Como já tivemos oportunidade de apresentar detalhadamente em trabalhos anteriores (Fernandes, 2007, p. 34-35; Fernandes, Pinto, 2009, p. 169-188; Fernandes, Sepúlveda, Antunes, 2012, p. 44-55), assistimos a um curioso tratamento topográfico desta encosta, realizado nos inícios do século I d. C., através da realização de patamares numa extensão de cerca de 22m, de forma a vencer um desnível de cerca de 16m, correspondendo a trabalhos de preparação da encosta para a construção do teatro. Temos identificados até agora três muros de contenção, os designados *anterides*, ainda que exista um outro, provavelmente situado no interior do museu.



Fig. 3 – Fachada actual do edifício do Cabido da Sé, com frente para a actual Rua Augusto Rosa (antigo “Largo do Aljube”) e onde hoje se instala, nos dois pisos superiores, o Museu do Teatro Romano.

⁴ Salienta-se o facto de terem surgido estruturas de época anterior à ocupação romana, concretamente fornos cerâmicos da Idade do Ferro, datáveis de entre o século IV e o século III a.C., para além da ocupação republicana da seguinte centúria (Fernandes, Coroado, 2010, no prelo).



1.3. O antigo “Largo do Aljube”

Em 2009⁵ realizámos uma sondagem no antigo “Largo do Aljube” (designação pré-pombalina), pequeno largo fronteiro ao Museu do Teatro Romano (Fig. 3). Esta sondagem coincidiu com uma área da Rua Augusto Rosa que parece constituir uma plataforma regular, sem inclinação, a qual, em nossa opinião, será resultado de um “aterramento” artificial realizado em plena época romana.

A intervenção permitiu concluir que o substrato geológico deste local encontrava-se a pouca profundidade em relação à cota de superfície, localizando-se as estruturas de cronologia romana aí exumadas a cerca de 50cm. Curiosamente, o alicerce da fachada está repleto de cantarias romanas as quais deverão pertencer ao último patamar de contenção da colina⁶ o qual, no entanto, seria mais recuado, sendo que a nova fachada sofreu nova implantação com a reconstrução pombalina (Fig. 4).

⁵ No mesmo ano foi ainda feita uma sondagem no Pátio do Aljube, por onde se acedia ao Museu do Teatro Romano (Fernandes, Pimenta, Calado, Filipe, 2012, no prelo).

⁶ Se cotejarmos estes resultados com os obtidos numa outra escavação realizada em 2005 no interior do edifício do Aljube (dirigida por Clementino Amaro e Patrícia Santos) onde surgiu um muro romano, com uma orientação sudoeste/nordeste (Amaro, Santos, 2005) e se prolongarmos a implantação desta estrutura para nascente, ela orienta-se para a fachada do museu, sendo-lhe oblíqua.

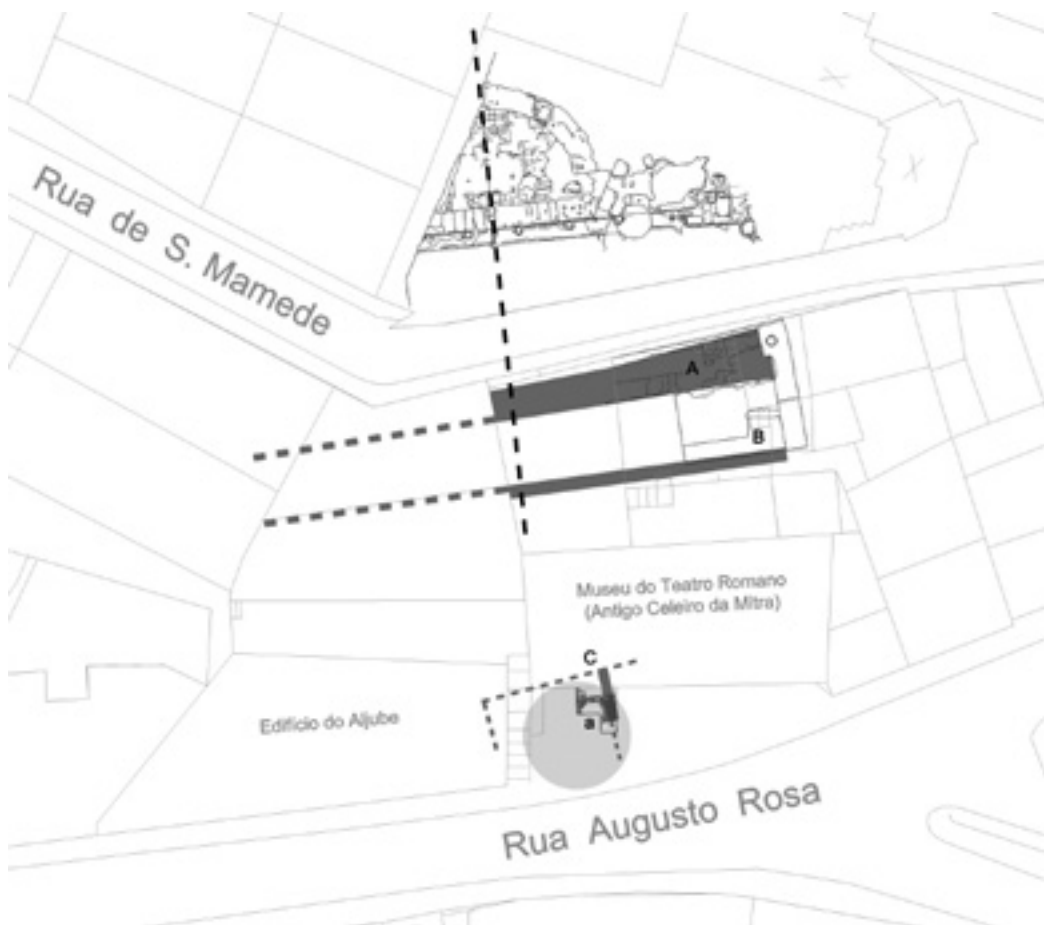


Fig. 4 – Implantação das estruturas romanas do teatro e sistema de contenção da colina: A – estrutura do *postcaenium*; B – estrutura inferior ao actual terraço (n.º 3b da R. S. Mamede); C – última estrutura de contenção da encosta do teatro. (projecção provável feita com base nos dados arqueológicos e cartográficos).

1.4. Área sul da Sé: o antigo Beco do Mello

Em 1993/1994, visando a salvaguarda preventiva devido à construção de uns sanitários públicos (obra da Câmara Municipal de Lisboa) no largo junto à Sé (actual Largo Actor Taborda), realizou-se a intervenção arqueológica por uma equipa conjunta do então I.P.P.A.R e do Museu da Cidade⁷.

Destacamos o achado de uma habitação seiscentista onde a parede principal, de orientação sudeste/noroeste, como depois viemos a confirmar, corresponde ao interior da fachada principal de uma habitação, construída possivelmente nos finais do século XVI ou inícios do XVII. Os vestígios foram mantidos no local e ainda hoje se podem observar.

A conservação na parte superior da parede, originalmente pintada a branco, das concavidades dos barrotes que suportavam o sobrado informam quanto à volumetria do edifício. Na fachada conservada abre-se a entrada principal (Fig. 5), um grande vão de duas portadas, com ombreiras talhadas em pedra de lioz e decoradas, na parte inferior, com um losango em relevo, motivo típico do século XVII. Para nascente abre-se uma janela, à qual se acede por três degraus, já que está situada a um nível superior e possuindo, originalmente, um gradeamento.

O contexto material exumado, com destaque para a cerâmica comum, permite afiançar a sua relação com o terramoto de 1755, o que é reforçado pelas características do edificado⁸. A poente da porta foi detectado um murete que delimitava uma área sem pavimento que interpretamos como o vão de uma escada que, encostaria à parede poente, dando acesso ao piso superior⁹.

O cataclismo que abalou em 1755 a cidade de Lisboa encontra-se aqui bem documentado pelos entulhos que preenchem o vão daquela porta (Fig. 5). Muitos destes, no entanto, devem-se mais à reconstrução operada posteriormente do que verdadeiramente ao desastre do dia 1 de Novembro. Enormes blocos de pedra, alguns esculpidos (Fig. 5 e 6), permitem calcular a dimensão de destruição do sismo¹⁰.

⁷ Antiga Divisão de Museus e Palácios da C. M.L. Pela primeira instituição participaram, num primeiro momento, os técnicos Ana Vale, Armando Sabrosa e José Luís Monteiro, sendo o coordenador da equipa o Dr. Clementino Amaro. Num segundo momento a equipa restringiu-se a Ana Vale. Por parte da C.M.L. participou uma das signatárias (L.F.).

⁸ Não podemos deixar de referir uma das técnicas construtivas evidenciada que é a utilização de traves de madeira longitudinais colocadas ao longo das paredes, criando estruturas mais leves. Com o terramoto de 1755 e o incêndio que se lhe seguiu, estas traves de madeira ficaram carbonizadas, criando ocos que correspondem ao negativo da madeira desaparecida. O mesmo fenómeno foi verificado na intervenção do n.º 3a da Rua de S. Mamede do Museu do Teatro Romano (Fernandes, 2006, p. 181-204).

⁹ Somente se conservou desta escada o respectivo negativo no reboco da parede.

¹⁰ Estes entulhos foram propositadamente mantidos no local, de forma a ilustrar este marcante episódio da cidade de Lisboa.





Fig. 7 – Reconstituição tridimensional do antigo “Beco do Mello”, observando-se, no lado esquerdo, a fachada da casa encontrada na intervenção arqueológica de 1993/1994 e pertencente às casas ou estalagem de Francisco Caetano de Vasconcellos. (Desenho em *Sketchup*, autoria de Carlos Loureiro).



Fig. 8 – Reconstituição tridimensional do interior das casas ou estalagem de Francisco Caetano de Vasconcellos. (Desenho em *Sketchup*, autoria de Carlos Loureiro).

¹¹ Cópia que se encontra no Museu da Cidade com o título: “Cópia do Tombo da Cidade de Lisboa em 1755, que está no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, feita sobre uma copia do mesmo tomo, da letra de José Valentim de Freitas; que está na Associação dos Arqueólogos, por João Marques da Silva, em Junho de 1894”. A partir de agora esta obra será referida como *Tombo de 1755*.

Fig. 5 – Perspectiva (de sul para norte) da fachada interna de uma habitação, encontrada no decurso da intervenção arqueológica realizada em 1993/1994. Esta estrutura foi depois identificada como a fachada das casas ou estalagem de Francisco Caetano de Vasconcellos no “Beco do Mello”.

Fig. 6 – Elemento arquitectónico *in situ* encontrado no decurso dos trabalhos arqueológicos no Largo da Sé. No lado esquerdo da imagem, observa-se ainda um pouco da ombreira da janela das antigas casas ou estalagem de Francisco Caetano de Vasconcellos, no antigo “Beco do Mello”.

Estas estruturas permitem vislumbrar como seria, no século XVI/XVII, uma tradicional casa lisboeta: casas sobradadas de dois ou três pisos, grades nas janelas inferiores, pavimentos em seixo rolado. A reconstituição tridimensional permite ter uma ideia de como seria esta habitação (Figs. 7 e 8).

2. A investigação documental

Paralelamente às intervenções arqueológicas temos vindo a desenvolver um trabalho de levantamento bibliográfico e arquivístico que procure explicar a evolução do teatro e do urbanismo envolvente, os quais fazem parte de uma mesma unidade de investigação que pretende perceber, diacronicamente, a sobreposição do construído. Estudar o teatro sem saber como foram implantados e construídos enormes edifícios em seu redor, seria isolar estas diversas construções da sua história.

Foi a confrontação com o *Tombo da Cidade de Lisboa em 1755*¹¹ que mais informações forneceu não apenas sobre o urbanismo que se foi sobrepondo ao teatro, mas também nas áreas que integram o interior do próprio museu.

Demos conta de alguns destes resultados no *Congresso Internacional de Arqueologia Moderna* em 2011 (Fernandes, Almeida, 2012, p. 111-112). A confrontação entre os resultados arqueológicos e os documentais centrou-se especialmente no antigo Celeiro da Mitra, equipamento que viemos a concluir corresponder ao actual núcleo expositivo do Museu do Teatro Romano. Nova correspondência foi conseguida, na área museológica a norte, em estruturas detectadas no subsolo da Rua de

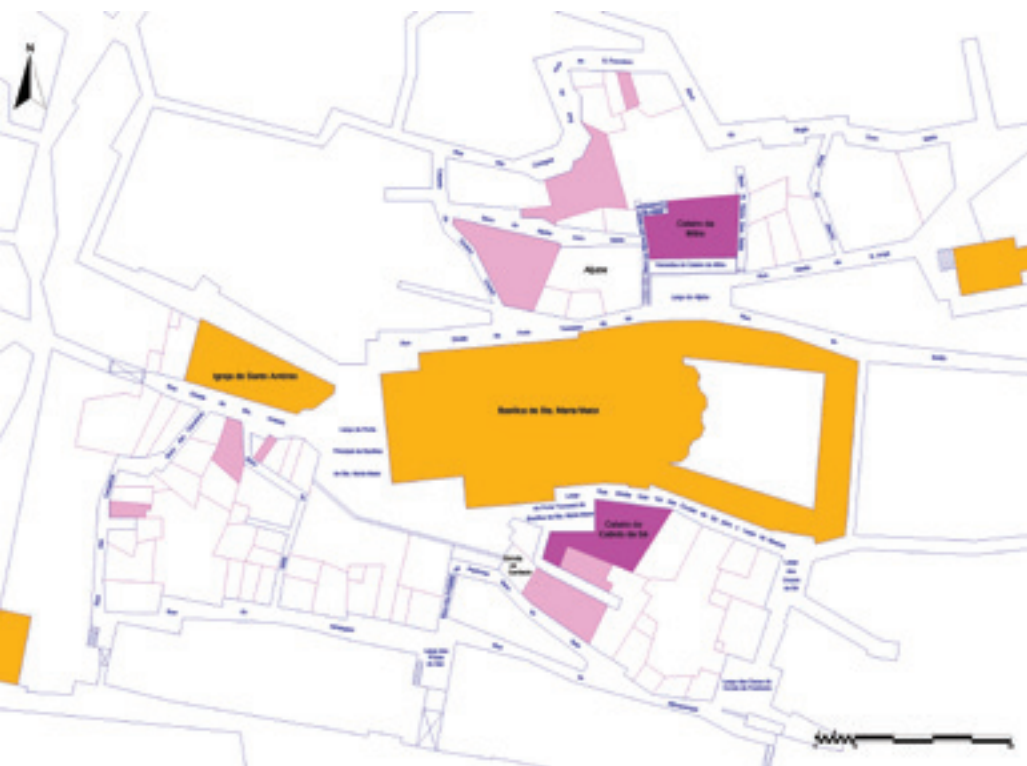


Fig. 9 – Planta da localização da Basílica de Santa Maria Maior e área envolvente, assim como das casas a ela pertencentes, anterior ao terramoto de 1755, com sobreposição das alterações resultantes da Reconstrução Pombalina. (Desenho em Sketchup, autoria de Carlos Loureiro).

S. Mamede n.º 3a, interpretadas como uma habitação do século XVII e um pequeno beco que se atribuiu ao antigo “Beco por Detrás do Cellerio da Mitra”.

Toda a rede viária envolvente foi analisada, de forma a perceber que artérias correspondiam ao traçado anterior ao terramoto de 1755 e se poderiam obedecer a pré-existências de época romana¹² (Fig. 9).

Faltava a obtenção de novos dados para a zona sul da Sé, de forma a integrar as estruturas arqueológicas que haviam surgido na intervenção realizada em 1993 e que acima descrevemos como “Beco do Mello”.

2.1. O antigo Beco do Mello no Tombo de 1755 ...

A sudoeste do edifício da Sé, o denso casario comprimia-se entre duas vias paralelas entre si. A norte, era limitado pela Rua Direita de Santo António e, a sul, pela Rua do Almargem. A ligação entre estas duas artérias estabelecia-se tanto pela Rua das Canastras como pelo Beco do Mello. Partindo estas vias da Rua do Almargem, paralelamente entre si, definiam-se posteriormente por um traçado convergente, definindo direcções opostas – a Rua das Canastras seguindo uma orientação sudoeste/nordeste e o Beco do Mello uma orientação sudeste/noroeste.

Referido no *Tombo de 1755...* como “Beco do Mello”¹³, tinha um comprimento total de 282 palmos e ½ (c. 63,57m) e uma largura entre os 7 e os 14 palmos (c. 1,58m

¹² Tal acontecerá, muito provavelmente com o actual traçado da Rua Augusto Rosa, conclusão a que se chega pela simples análise da implantação dos edifícios romanos conhecidos e pelo alinhamento e prolongamento dos respectivos eixos. (Cf. Fernandes, Sepúlveda, Antunes, 2012, p. 44-55). A este título, a observação da planta anterior ao terramoto é elucidativo, como se pode constatar no levantamento de João Nunes Tinoco, executado em 1650 e o qual se reveste de particular importância, uma vez que constitui a mais antiga carta de Lisboa até hoje conhecida. Entretanto desaparecida, este exemplar constitui a primeira cópia do original, mandada realizar pelo general Pinheiro Furtado e por ele oferecido à Câmara Municipal de Lisboa no ano de 1850. Integra a colecção do Museu da Cidade, com o n.º Inv.: MC.DES.1084.

¹³ Vieira da Silva, no “Fragmento da Planta Topográfica de Lisboa que compreende a parte abrangida pela Cerca Moura” designa esta artéria como “Beco do Mel” (1938).

Fig. 10 – Planta da localização do antigo “Beco do Mello” e área envolvente, anterior ao terramoto de 1755, com sobreposição das alterações resultantes da Reconstrução Pombalina. Encontra-se sinalizado o local da intervenção arqueológica (Desenho em *Sketchup*, autoria de Carlos Loureiro).



¹⁴ Medidas aferidas tomando por referência que a 1 palmo corresponde 0,225m.

e 3,15m)¹⁴. No seu lado esquerdo, rasgava-se o “Beco sem sahida”, com acesso a um pátio que era comum a diversas propriedades. É precisamente a partir deste beco, mas com frente para o “Beco do Mello” e desenvolvendo-se para norte, que se situava a propriedade denominada no Tombo de 1755 como “Casas ou Estalagem de Francisco Caetano de Vasconcellos” (Bairro do Limoeiro – fl. 97v), edificação que corresponde à habitação seiscentista posta a descoberto pela intervenção arqueológica realizada em 1993/1994 no Largo da Sé (Fig. 10).

Esta mesma construção era limitada a sudoeste pelo pátio existente no final do “Beco sem Sahida” já referido, aferindo-se assim da possibilidade de dois acessos ao seu interior: um pelo “Beco do Mello” – correspondendo à fachada principal, onde se abrem a porta e a janela encontradas na intervenção arqueológica (Fig. 7) – e outro pelo “Beco sem Sahida”. É a última propriedade referida na descrição respeitante ao lado esquerdo desta rua, embora aí ainda existisse outra, referida como “Casas da Basílica” (Bairro do Limoeiro, fl. 21), com fachada principal para a “Rua Direita de Santo António”.

2.2. O Celeiro do Cabido e a Ermida da Caridade

Seguindo para nascente, a “Rua Direita de Santo António” terminava no “Largo da Porta Principal da Basílica de Santa Maria Maior”. A partir daqui duas artérias se

definiam: a “Rua Direita da Porta Travessa da Sé” e o “Largo da Porta Travessa da Basílica”. A primeira acompanhava a fachada norte do monumento, a segunda, localizada a sul da Sé, antecedia o “Largo das Cruzes da Sé”, a partir do qual, seguindo para nascente, se tinha acesso à “Rua Direita de São João da Praça”.

Marcando a transição entre aqueles dois largos, situava-se a Ermida da Caridade, sensivelmente no mesmo local onde hoje se encontra, após ter sido reedificada na sequência do terramoto (Fig. 11). Com frente para o Largo da Sé, era limitada a sul pelo “Beco do Seio”, a nascente por umas “casas da Basílica” (Bairro do Limoeiro, fl. 85v). Estas mesmas casas comunicavam, a norte, com o “Celleiro do Cabido”¹⁵, edifício com fachadas para o “Largo das Cruzes da Sé”, “Rua Direita que do Largo

¹⁵ A manutenção de uma porta (actualmente entaipada) na actual Ermida e respectiva escada de acesso ao Beco da Caridade, leva a supor que esta terá sido reedificada abrangendo parte de uma área anteriormente ocupada pelas “casas da Basílica”, edificações contíguas ao “Celleiro do Cabido” e com o qual seria pertinente comunicarem.



Fig. 11 – A actual Ermida da Caridade reerguida no decurso da Reconstrução Pombalina.

¹⁶ Todo o lado poente do “Beco do Quebra Costas” correspondia à fachada virada a nascente do Palácio dos Arcebispos. Refere P. Leal que “Ficava este palácio por detraz da capella-mór da Sé, e tinha três fachadas exteriores. A principal era para o N, (...). A fachada L. [nascente] deitava para as actuaes Escadinhas do Quebra Costas. (...) A fachada do S. deita quase toda para as Cruzes da Sé, e só a extremidade que faz angulo com as Escadinhas do Quebra Costas é já na Rua de São João da Praça” (LEAL, 1874, p. 148-149).

¹⁷ Barbosa, 1863, p. 57. Leal afirma, mais pormenorizadamente, que “... D. Afonso Henriques, quando vinha a Lisboa, habitava em umas casas junto à Sé e ao NE della. Depois de haver um paço real próprio, foi aquella casa dada aos bispos de Lisboa, para sua residência. Não se sabe quando esta casa foi demolida, para em seu lugar se edificarem os paços que depois se denominaram dos Arcebispos” (*idem*).

¹⁸ Menciona LEAL que “No vão do grande arco, da primitiva fabrica, no muro do sul (do lado das Cruzes da Sé e da Rua de São João da Praça) se foi aninhar uma família, depois do Terramoto de 1755, e lá existe ainda a casinha, de dois andares, propriedade dos sucessores do fundador.” (1874, p. 149).

das Cruzes da Sé vai para o Largo da mesma” e “Beco que está por detraz da Er-mida da Caridade”.

2.3. As fachadas do Celeiro da Mitra e do Palácio dos Arcebispos

Seguindo para nascente, a ligação entre o lado norte e sul da Basílica de Santa Maria, efectuava-se pelo “Beco do Quebra Costas”, que unia a “Rua Direita de São João da Praça” à “Rua do Barão”, ainda hoje existente, apesar de a anterior configuração ter sido, com a Reconstrução Pombalina, substituída pelas actuais escadinhas. Chegando à Rua do Barão e seguindo para poente, contornando o Palácio dos Arcebispos pelos seus lados nascente e norte¹⁶, acedia-se ao “Largo do Aljube”, onde se situavam o Aljube, o Celeiro da Mitra e, defronte deste, o Palácio dos Arcebispos, contíguo à Sé Catedral e com ela comunicando interiormente pelos lados norte e sul.

Desconhece-se a data da primitiva edificação do Palácio dos Arcebispos, tendo vários autores apontado para o século XIII¹⁷. São praticamente inexistentes as informações relativas às características do edifício original, supondo-se “que a fabrica primitiva era pequena e humilde...” (Barbosa, 1863, p. 57). De entre as sucessivas obras de reedificação e remodelação, destacam-se as realizadas pelos bispos de Lisboa D. João Afonso de Brito (1326-1341) e, mais tarde, por D. Luís de Sousa (1676-1702), prelados responsáveis por importantes campanhas que alteraram e ampliaram o edifício (Leal, 1874, p. 148), definindo-se assim, ao longo do tempo, a implantação do edifício existente à época do terramoto de 1755.

Com entrada principal pelo “Largo do Aljube”, correspondendo à sua fachada norte, o edifício apresentava uma planta em forma de U, desenvolvendo-se em torno de um claustro. A nascente, deitava para o “Beco do Quebra Costas”, onde existiam duas portas de acesso ao seu interior, e, a sul, para o “Largo das Cruzes da Sé”, onde não havia qualquer acesso pelo exterior. Na sequência daquele cataclismo, toda a construção sofreu profunda destruição, tendo subsistido, por entre as suas ruínas e posteriores reedificações que atribuíram ao edifício nova funcionalidade¹⁸, algumas das características arquitectónicas mais antigas de quando era “residência dos bispos e arcebispos de Lisboa” (Fig. 12).

Quanto ao Celeiro da Mitra, já anteriormente analisado (actual museu), localizava-se defronte do Palácio dos Arcebispos, do qual dependia, delimitando a norte o “Largo do Aljube”. Como referido anteriormente, por indicações constantes no *Tombo de 1755* ..., onde é mencionado que o “Largo do Aljube” tem de “... largura, medida dos arcos da varanda do celeiro até à porta do Palácio do Arcebispo 56 e ½ palmos” (Bairro do Limoeiro – fl. 2) se concluiu que, em 1755 a fachada principal deste edifício possuía dois pisos, tendo o inferior uma arcaria e sobre ela corria uma varanda.



Fig. 12 – Paço dos Arcebispos de Lisboa
(adaptação de Vilhena de Barbosa no *Archivo Pittresco*, 1863, 6.º anno, p. 53).

2.4. A Sé e as Casas da Basílica

Instituído o bispado de Lisboa por D. Afonso Henriques em 1150, a Sé de Lisboa, situada a sul do teatro romano, constituiu um marco na paisagem citadina. Diluído no tecido urbano ao longo dos séculos, o teatro já não estaria visível em época medieval (Fernandes, 1993, p. 239-242). A proliferação do casario camuflou progressivamente essa construção, pautando a Sé um novo pólo de agregação. No entanto, apesar da eventual intenção, parece nunca se ter verificado a construção de um verdadeiro conjunto catedralício neste local o que poderá ser justificado pela existência de múltiplos edifícios religiosos nas imediações e respectiva dispersão, como se pode comprovar pelo *Tombo de 1755* ..., sem que tenham sofrido um tratamento arquitectónico que os transformasse num conjunto. Na sequência do levantamento dos edifícios e respectivos proprietários, por nós realizado a partir do *Tombo de 1755* ..., tornou-se, contudo, evidente a multiplicidade de propriedades pertencentes à Basílica de Santa Maria Maior (Fig. 9). Desconhece-se de que forma se foi constituindo este património, sendo provavelmente resultante de doações régias¹⁹, testamentais de particulares ou, por possível aquisição por parte do Cabido.

Este parcelamento do solo é evidente não apenas na análise do edificado mas pelo reconhecimento do original paleosolo, que testemunha que o terreno não seria

¹⁹ Júlio de Castilho refere que, em 8 de Dezembro de 1149, foram doadas por D. Afonso Henriques à Sé de Lisboa 30 casas “ali perto da Sé, e deram nome à Rua dos Cônegos, desaparecida pelo Terramoto de 1755” (Castilho, vol. VI, Lisboa, 1937, p. 196).

propício à concentração de um vasto conjunto arquitectónico. A existência de largos patamares de época romana, como observámos, evidencia um preliminar mas indispensável programa urbanístico, encobrindo desníveis topográficos da encosta. A construção do Claustro da Sé, de época dionisina (Fernandes; 2006, p. 18-69), demonstra claramente, a este propósito, que apenas um grande investimento – com avultosas obras e encargos económicos – poderia favorecer a criação de plataformas construtivas para a concretização deste ou de qualquer outro projecto.

A Sé medieval e o teatro romano instauram-se assim, como os únicos programas urbanísticos e arquitectónicos de vulto que terão sido tentados nesta zona da cidade. Ambos obrigaram a terraplanagens e aterramentos, a grandes alterações de solo para o cumprimento de ambiciosos projectos

Ainda assim, existem diferenças. A construção do teatro obrigou à total destruição do existente na vertente sul da colina, numa extensão de cerca de 22m e a sé, edificada posteriormente, teve que se adaptar ao espaço disponível, alargando a sua área para nascente e para sul, sendo que aqui a arqueologia também demonstrou o indispensável aterro para a construção do claustro e a destruição de algumas edificações de época islâmica (Gaspar, Amaro, 1997, p. 337-339).

3. Considerações Finais

Os grandes projectos de engenharia implementados em época romana nesta zona da cidade conformaram muitas das opções, arquitectónicas e urbanísticas adoptadas posteriormente. O local de construção e a disposição do conjunto catedralício, que se veio a implementar a sul do teatro, é uma prova evidente desse condicionalismo.

A orientação nascente/poente do edifício religioso e disposição da fachada norte, coincidindo com o terraplano de época romana criado então para a consolidação da encosta, respeita o traçado de um dos *cardines* viário de acesso ao edifício cénico (Fernandes, Sepúlveda, Antunes, 2012, p. 47; Mantas, 2013, p. 24, fig. 4).

O facto do claustro se ter implantado na área disponível obrigou à adequação dos programas arquitectónicos e à adopção de soluções construtivas engenhosas. A grande muralha sul que suporta o claustro, apresentando quase 5m de altura, foi a solução adoptada de forma a obviar ao desnível existente. Como refere Paulo Fernandes, “Esta circunstância determinou a planta trapezoidal do conjunto, mas esteve na origem de outras opções que haveriam de se revelar fundamentais para a solidez do produto final” (2006, p. 37).

O terramoto de 1755 inaugurou um novo plano para a cidade, mas não se verificou uma construção de raiz que transformasse a Sé num pólo agregador. A Reconstrução Pombalina instaurou uma nova roupagem arquitectónica e uma reorganização das métricas construtivas e realinhamento de fachadas, mas não poderia alterar o que a consolidação urbanística realizada ao longo de séculos havia conseguido. ●

Bibliografia

ALARCÃO, J. (1982) – O teatro romano de Lisboa, Badajoz, p. 287-301.

ALMEIDA, D. Fernando de (1966) – Notícias sobre o teatro de Nero, em Lisboa. *Lycerna*. Actas do IV Colóquio Português de Arqueologia (Porto, 4 a 6 de Junho de 1965). Vol. 5. Porto, p. 561-571.

AZEVEDO, Luís António de (1815), *Dissertação crítico-filologica-histórica sobre o verdadeiro anno, manifestas causas e atendíveis circunstâncias da erecção do tablado e orquestra do antigo theatro romano descoberto na escavação da Rua de S. Mamede, perto do castello desta cidade, com a intelligência da sua inscrição em honra de Nero e noticia instrutiva d’outras memórias alli achadas e até agora apparecidas*, Lisboa.

BARBOSA, L. de Vilhena (1863) – *Archivo Pittresco*, Ed. Typographia de Castro Irmão, Vol. VI, Lisboa.

BRITO, Gomes de (1935), *Ruas de Lisboa – Notas para a história das vias públicas lisbonenses*, vol. 1, Lisboa.

CASTILHO, Júlio de (1937), *Lisboa Antiga – Bairros Orientais*, Câmara Municipal de Lisboa, vols. VI e IX, Lisboa.

Cópia do Tombo da Cidade de Lisboa em 1755, que está no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, feita sobre uma copia do mesmo tombo, da letra de José Valentim de Freitas; que está na Associação dos Arqueólogos, por João Marques da Silva, em Junho de 1894, Museu da Cidade (Texto Policopiado).

FERNANDES, Lúcia (1994), “Teatro romano de Lisboa: novos elementos sobre a sua história no período medieval”, *Actas das V Jornadas Arqueológicas*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, vol. 1, Lisboa, p. 239-242.

FERNANDES, Lúcia (2001), “Capitéis do Teatro Romano de Lisboa”, *Anas – Revista del Museo Nacional de Arte Romano*. n.º 14, Mérida, p. 29-51.

FERNANDES, Lúcia (2004-2005), “As bases de coluna nos desenhos dos séculos XVIII e XIX do Teatro romano de Lisboa”, *Revista Arqueologia e História*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, n.º 56/57, Lisboa, p. 83-94.

FERNANDES, Lúcia (Fevereiro 2005); SALES, Paulo, “Projecto Teatro Romano, Lisboa – a reconstituição virtual” *Revista Arquitectura e Vida*, n.º 57, Lisboa, p. 28-32.

FERNANDES, Lúcia (2006), “O Teatro de Lisboa – intervenção arqueológica de 2001”, *III Jornadas Cordobesas de Arqueologia Andaluza – Los Teatros Romanos de Hispânia* (Córdoba, 12-15 Novembro 2002), Córdoba, p. 181-204.

FERNANDES, Lúcia (2007), “Teatro romano de Lisboa – os caminhos da descoberta e os percursos da investigação arqueológica”, *Revista Al-madan*, Almada, n.º 15, p. 27-39.

FERNANDES, Lúcia; PINTO, António Nunes (2009); “Sobre um bronze zoomórfico do teatro romano de Lisboa. Consagração de um monumento ou ocupação ancestral de um espaço”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 12, n.º 1, Lisboa, p. 169-188.

FERNANDES, Lúcia; COROADO, João (2010) – Novos dados sobre a ocupação pré romana do teatro romano de Lisboa: proveniência das produções cerâmicas dos sécs. IV e III a.C.

(campanha arqueológica de 2010). 8.º Encontro de Arqueologia do Algarve *A Arqueologia e as outras Ciências*, Silves, 21-23 (no prelo).

FERNANDES, Lúcia; ALMEIDA, Rita Fragoso de (2012) – Um Celeiro da Mitra no Teatro Romano de Lisboa: inércias e mutações de um espaço do séc. XVI à actualidade. *Congresso Internacional de Arqueologia Moderna* (6-9 Abril, FCSH da Universidade Nova de Lisboa). Lisboa, p. 111-112.

FERNANDES, Lúcia; PIMENTA, João; CALADO, Marco; FILIPE, Victor (2013) – Ocupação sidérica na área envolvente do Teatro Romano de Lisboa: O Pátio do Aljube. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 16, Lisboa, p. 167-185.

FERNANDES, Lúcia; SEPÚLVEDA, Eurico; ANTUNES, Márcio (2012) – Teatro Romano de Lisboa: sondagem arqueológica a sul do monumento e o urbanismo de Olisipo. *Revista Almadan*, p. 44-55.

FERNANDES, Paulo de Almeida (2006) – O claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura cheia de imperfeições?. *Murphy – Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*. Ministério da Cultura. IPPAR. Coimbra, p. 18-69.

GASPAR, Alexandra; AMARO, Clementino (1997) – Cerâmicas dos séculos XIII-XV da cidade de Lisboa. *La Céramique Médiévale en Méditerranée*. Aix-en-Provence, p. 337-339.

LEAL, Pinho (1874) – Portugal Antigo e Moderno. Dicionário, Ed. Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, Vol. IV, Lisboa.

LEITE, Ana C.; PEREIRA, P., “Prospecto e planta das ruínas do teatro romano de Lisboa”, *Lisboa Subterrânea – Catálogo*, ed. Electa, Lisboa, 1992, p. 208-209.

LUIS, João – [Registo do cordeamento]. 28 de Janeiro de 1665. Acessível no *Livro de Cordeamentos 1614 – 1699*, Arquivo Histórico Municipal, Câmara Municipal de Lisboa, cota: BL-2.A.058.05.35.

MACEDO, Luís Pastor de (1940) – *Lisboa de Lés-a-Lés*, Câmara Municipal de Lisboa, vol. I, Lisboa.

MANTAS, Vasco (1990) – As cidades marítimas da Lusitânia. *Les Villes de Lusitanie Romaine*. Paris, p. 149-205.

MANTAS, Vasco (2003) – *O porto romano de Lisboa*. Puertos Fluviales Antiguos: Ciudad, Desarrollo e Infraestructuras. Valência, p. 13-29.

MOITA, Irisalva (1970) – “O teatro romano de Lisboa”, *Revista Municipal*, Lisboa, vol. 124/125, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, p. 7-37.

Obra n.º 39376 [Processo de Obra], Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio, código de referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OP/01/334479.

Plan de la Ville de Lisbonne en 1650, existant aux Archives Municipales [Material Cartográfico]. Desenho aquarelado. Museu da Cidade. 1850. N.º Inv.: MC.DES.1084.

Planta da Baixa de Lisboa antes do terramoto, na zona das actuais freguesias da Sé, S. Tiago, S. Miguel, Castelo e S. Cristóvão e S. Lourenço [Material Cartográfico]. Desenho a tinta-da-china sobre tela. Museu da Cidade. N.º Inv.: MC.DES.4295.

SILVA, A. Vieira da (1939) – *A Cerca Moura de Lisboa*, Lisboa, *Synopse dos Principais Actos Administrativos da Camara Municipal de Lisboa* (ano de 1836), (1937), Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa.